



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL - CAU BR

1. Informações Gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, criado pela Lei nº 12.378/2010 tem como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado à Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização estabelecidas no Regimento Geral, Resolução CAU/BR nº 033/2012.

A sede do CAU/BR está localizada no Setor Comercial Sul (SCS) Quadra 02, Bloco “C” Edifício Serra Dourada, salas 401/409 – Asa Sul – Brasília/DF.

2. Principais Diretrizes Contábeis

A partir de 01/01/2012, a Contabilidade do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR foi elaborada de acordo com as normas do CFC e da STN, no processo de convergência da contabilidade pública às normas internacionais de contabilidade.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

3.1. Base de preparação

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/14, e Portaria STN nº 700 de 10/12/2014, 6ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC T 16.1 a 16.10.

3.2. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível.

[Digite texto]



3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

4. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial tem a finalidade de apresentar a posição financeira e patrimonial do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, representando, portanto, uma posição estática.

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativamente e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

4.1. Ativo Circulante

Os ativos realizáveis até o exercício seguinte estão demonstrados como circulante.

4.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Registra os valores em Bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações e para os quais não haja restrições para uso imediato. Os saldos disponíveis em 31/12/16 no valor de **R\$ 18.587.113,53** (dezoito milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, cento e treze reais e cinquenta e três centavos), se apresentam da seguinte forma:

a) Bancos c/ Movimento

- O saldo disponível em 31/12/16 é no valor de **R\$ 245.417,76** (duzentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e dezessete reais e setenta e seis centavos), conforme pode ser comprovado através do livro razão, das conciliações bancárias e dos extratos bancários.



b) Disponibilidade em Trânsito

- O saldo disponível em 31/12/16 é no valor de **R\$ 91,05** (noventa e um reais e cinco centavos), refere-se à restituição de suprimento de fundos pendente na data de encerramento do exercício, com previsão de compensação no primeiro dia útil do exercício de 2017.

c) Bancos c/ Vinculada

- O saldo disponível em 31/12/16 é no valor de **R\$ 1.873,47** (um mil, oitocentos e setenta e três reais e quarenta e sete centavos), conforme pode ser comprovado através do livro razão, das conciliações bancárias e dos extratos bancários. Trata-se de valor recebido como caução de contrato firmado entre o CAU/BR e a empresa ISSO CRM.

d) Bancos c/ Aplicações Financeiras

- O saldo disponível em 31/12/16 é no valor de **R\$ 18.338.588,90** (dezoito milhões, trezentos e trinta e oito mil, quinhentos e oitenta e oito reais e noventa centavos), conforme pode ser comprovado através do livro razão, das conciliações bancárias e dos extratos bancários.

e) Disponível em Moeda Estrangeira

- O saldo disponível em 31/12/16 é no valor USD 338,00 (trezentos e trinta e oito dólares americanos), conforme pode ser comprovado em espécie. Pela taxa de câmbio aplicada na data de compra da moeda, 3,38 R\$/U\$, registra-se **R\$ 1.142,35** (um mil, cento e quarenta e dois reais e trinta e cinco centavos) no saldo contábil.

4.1.2 Créditos a Receber

a) Devedores da Entidade

- Registra o valor a receber de **R\$ 92.613,82** (noventa e dois mil, seiscentos e treze reais e oitenta e dois centavos), conforme demonstração abaixo:

1) Pinheiro Imóveis e Negócios Imobiliários Ltda - Caução – R\$ 35.000,00

O valor de **R\$ 35.000,00** (trinta e cinco mil reais), inscrito em Devedores da Entidade em nome de Rodolfo Rodrigues de Oliveira refere-se à caução, proveniente de aluguel.

[Digite texto]



2) Adiantamento de Férias – dezembro de 2016

O valor de **R\$ 57.613,82** (cinquenta e sete mil, seiscentos e treze reais e oitenta e dois centavos), refere-se aos adiantamentos de férias concedidos aos empregados no mês de dezembro de 2016.

b) Entidades Públicas Devedoras

- Registra o valor de **R\$ 513,95** (quinhentos e treze reais e noventa e cinco centavos), que se refere ao adiantamento de recolhimento de IRRF, IRPJ/PIS/COFINS/CSLL.

c) Depósito Judicial

- Registra o valor de **R\$ 8.183,06** (oito mil, cento e oitenta e três reais e seis centavos), que se refere ao depósito recursal na reclamação trabalhista, do reclamante Emerson Charley da Fonseca.

4.1.3 Estoque – Almoxarifado

- O estoque do material de consumo registrado em 31/12/16 é no valor de **R\$ 56.904,77** (cinquenta e seis mil, novecentos e quatro reais e setenta e sete centavos). Os valores são registrados e controlados pelo sistema informatizado SIALM.NET.

4.2 – Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante é composto pelos Créditos a Longo Prazo, pelo Imobilizado e Intangível.

4.2.2 Créditos a Longo Prazo

4.2.2.1 Entidades Públicas Devedoras

- Registra o valor a receber de **R\$ 5.382.415,76** (cinco milhões, trezentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e quinze reais e setenta e seis centavos), referente a:
 - a) **CREA – MG** – Débito referente a reconhecimento de valores a receber do CREA/MG, relativo à parte do repasse de 90% de anuidades, conforme Artigos 56 e 57 da Lei nº 12.378/2010. Processo Judicial nº 74118-73.2015.4.01.34.00, ação ordinária. (R\$ 2.079.491,45 – valor final com custas e honorários)

[Digite texto]



- b) **CREA – MT** – Débito referente a reconhecimento de valores a receber do CREA/MT, relativo à parte do repasse de 90% de anuidades, conforme Artigos 56 e 57 da Lei nº 12.378/2010. Processo Judicial nº 0025524-96.2012.4.01.3400, reconvenção. (R\$ 2.982.663,20 – valor final com custas e honorários)
- c) **CREA – MA** – Débito referente a reconhecimento de valores a receber do CREA/MA, relativo à parte do repasse de 90% de anuidades, conforme Artigos 56 e 57 da Lei nº 12.378/2010. Processo Judicial nº 74107-44.2014.4.01.3400, ação ordinária. (R\$ 320.261,11 – valor final com custas e honorários)

4.2.3 Imobilizado

Os bens imobilizados são registrados pelo custo de aquisição. A composição do Imobilizado do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil em 31/12/2016 é de **R\$ 2.446.453,66** (dois milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e sessenta e seis centavos), composto da seguinte forma:

Móveis e Utensílios	R\$ 640.784,60
Máquinas e Equipamentos	R\$ 207.337,32
Instalações	R\$ 18.300,00
Utensílios de Copa e Cozinha	R\$ 10.334,89
Veículos	R\$ 143.006,57
Equipamentos de Processamento de Dados.....	R\$ 1.258.867,99
Biblioteca	R\$ 8.622,29
Obras em Andamento	R\$ 159.200,00
Total do Imobilizado	R\$ 2.446.453,66

Todos os bens imobilizados, exceto “Obras em Andamento”, encontram-se registrados em sistema informatizado SISPAT.NET.

4.2.4 Intangível

Os bens intangíveis são registrados pelo custo de aquisição. A composição do Intangível do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil em 31/12/2016 é de **R\$ 4.667.989,49** (quatro milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, novecentos e oitenta e nove reais e quarenta e nove centavos), composto da seguinte forma:

Sistemas de Informática - Softwares	R\$ 4.667.989,49
---	-------------------------

[Digite texto]



4.2.5 Depreciação e Amortização

A depreciação e amortização dos bens móveis foram calculadas pelo método linear, em função da estimativa de vida útil dos bens. As taxas anuais de depreciação e amortização são as seguintes:

Tipo de Bem	Taxa Depreciação	% Residual
Móveis e Utensílios	10%	10%
Máquinas e Equipamentos	20%	10%
Instalações	10%	10%
Utensílios de Copa e Cozinha	20%	10%
Veículos	12,50%	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	10%
Biblioteca	10%	0%
Obras de Arte	0%	0%
Sistemas de Informática - Softwares	10%	10%

Os valores de depreciação e Amortização registrados em 31/12/2016, estão assim discriminados:

- a) Saldo da Depreciação do Imobilizado até 31/12/2016 R\$ 685.930,32
- b) Saldo da Amortização de Intangíveis até 31/12/2016 R\$ 1.017.243,54
- c) Total depreciado e amortizado até 31/12/2016 R\$ 1.703.173,86**

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica de um ativo no CAU/BR foi especificada na Nota Técnica nº 001/2016/GERFIN/GG de 13/4/2016. Os parâmetros de depreciação e amortização dos bens foram definidos com base nas instruções normativas específicas da Receita Federal, IN SRF Nº 4, de 30 de JANEIRO de 1985 e IN SRF Nº 162, de 31 de JANEIRO de 1998, e na realidade aplicada ao CAUBR.

A contabilização foi realizada conforme orientações no Manual de Procedimentos Contábeis Específicos, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no processo de convergência da contabilidade pública às normas internacionais de contabilidade.

[Digite texto]



4.3 Passivo Circulante

O passivo a curto prazo, está demonstrado no balanço patrimonial como circulante, destacando-se as seguintes obrigações:

a) Restos a Pagar Processados – 2016

- O valor escriturado na conta de Restos a Pagar Processado do Exercício de 2016 em 31/12/2016 é de **R\$ 739.990,88** (setecentos e trinta e nove mil, novecentos e noventa reais e oitenta e oito centavos). A escrituração obedeceu às normas do artigo 36 da Lei nº 4.320/64.

b) Obrigações de Repartições a Outros Entes

- O valor registrado na contabilidade na conta de Obrigações de Repartições a Outros Entes em 31/12/2016 é de **R\$ 1.687.427,76** (um milhão, seiscentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e vinte e sete reais e setenta e seis centavos), discriminado da seguinte forma:
 - a) Fundo de Apoio criado pelo CAU BR, conforme Resolução CAU BR nº 27 de 06/07/2012, nos termos previstos no art. 60 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, no valor de R\$ 1.341.046,83 (um milhão, trezentos e quarenta um, quarenta e seis reais e oitenta e três centavos).
 - b) Refere-se a crédito do Fundo de Reserva do CSC no valor de R\$ 346.380,93 (trezentos e quarenta e seis mil, trezentos e oitenta reais e noventa e três centavos).

c) Provisões de Férias, INSS, FGTS e PIS

- Está registrado na contabilidade na conta de Provisões em 31/12/2016, o valor de **R\$ 807.473,23** (oitocentos e sete mil, quatrocentos e setenta e três reais e vinte e três centavos), cuja composição é a seguinte:

Férias	R\$ 621.757,83
INSS	R\$ 130.569,20
FGTS	R\$ 48.928,62
PIS s/ Folha de Pagamento	R\$ 6.217,58
Total de provisões em 31/12/2016	R\$ 807.473,23



Observação:

- a) O procedimento de provisão de férias, INSS, FGTS e PIS s/ folha de pagamento é realizado apenas pelo Sistema Patrimonial, conforme manual de orientações da Secretaria do Tesouro Nacional – STN;
- b) O procedimento de provisão começou a ser adotado a partir do exercício de 2013.

d) Provisões para Ações Cíveis a Curto Prazo

- Está registrado pelo valor de **R\$ 5.692,48** (cinco mil, seiscentos e noventa e dois reais e quarenta e oito centavos), sobre ação de cumprimento do fundo de apoio contra o CAU BR, ação ordinária 5013.169.15.2013.404.7000. (valor de perda efetiva ou estimada)

e) Consignações

- O valor registrado na contabilidade na conta de Consignações, em 31/12/2016, é de **R\$ 10.517,09** (dez mil, quinhentos e dezessete reais e nove centavos). As consignações se referem às retenções de INSS e Tributos Federais oriundos de pagamento de serviços prestados a PF e PJ e retenção da folha de pagamento.

f) Garantia – Caução

- O valor de **R\$ 1.873,47** (um mil, oitocentos e setenta e três reais e quarenta e sete centavos), refere-se a depósito de caução efetuado pela empresa ISO CRM.

4.4 Passivo Não Circulante

a) Provisões para Ações Trabalhistas a Longo Prazo

- Estão registradas, pelo valor de **R\$ 333.856,94** (trezentos e trinta e três mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e noventa e quatro centavos), as ações trabalhistas da ex-empregada pública Silvia Mayumi Nawa Nakamai e do empregado público Éder Barbosa de Brito, reclamações trabalhistas nº 0001346-24.2015.10.0012 e 0000729-03.2016.5.10.0021 respectivamente (valor de perda efetiva ou estimada).



b) Provisões para Ações Cíveis a Longo Prazo

- Estão registrados, pelo valor de **R\$ 963.827,81** (novecentos e sessenta e três mil, oitocentos e vinte e sete reais e oitenta e um centavos) diversas ações ordinárias, mandados de segurança, ações civil públicas, entre outros, contra o CAUBR e demais réus. (valor de perda efetiva ou estimada)

4.5 Patrimônio Líquido

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de Superávit e ou Déficit apurados anualmente. Até o Exercício de 2016, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil apresentou um **Superávit Acumulado** no valor de **R\$ 24.988.354,52** (vinte e quatro milhões, novecentos e oitenta e oito mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

Foi realizado ajuste de exercícios anteriores no valor de R\$ 324.779,78 (trezentos e vinte e quatro mil, setecentos e setenta e nove reais e setenta e oito centavos) em função do saldo acumulado de provisões de férias estar divergente do controle nominal acompanhado pelo núcleo de Recursos Humanos do CAU/BR.

O Patrimônio Líquido teve um acréscimo de **R\$ 3.467.078,06** (três milhões, quatrocentos e sessenta e sete reais, setenta e oito reais e seis centavos), correspondente a **16,11%** em relação ao resultado acumulado do exercício de 2015.

5. Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

O Resultado Patrimonial foi apurado de acordo com o Artigo 104 da Lei nº 4.320/64. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU BR apresentou no exercício de 2016 um **Superávit Patrimonial** no valor de **R\$ 3.142.298,28** (três milhões, cento e quarenta e dois mil, duzentos e noventa e oito reais e vinte e oito centavos). A composição do Superávit Patrimonial em 2016 foi a seguinte:

[Digite texto]



Resultado Patrimonial 2016

a) Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	R\$ 36.614.623,61
b) (-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	R\$ (33.472.325,33)
c) (=) Superávit Patrimonial apurado em 31/12/16	R\$ 3.142.298,28

O Resultado Patrimonial apurado no exercício de 2016 foi realizado com base no regime de competência da receita e despesa, escriturados no sistema patrimonial.

Resultado Patrimonial 2015

a) Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	R\$ 36.262.597,68
b) (-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	R\$ (31.851.802,45)
c) (=) Superávit Patrimonial apurado em 31/12/15	R\$ 4.410.795,23

6. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

O Resultado Orçamentário apurado em 31/12/2016 foi um **Superávit** de **R\$ 2.471.920,25** (dois milhões, quatrocentos e setenta e um mil, novecentos e vinte reais e vinte e cinco centavos), conforme demonstração abaixo:

Resultado Orçamentário 2016

a) Receita Orçamentária Arrecadada até 31/12/16	R\$ 36.567.518,05
b) (-) Crédito Empenhado até 31/12/16	R\$ (34.095.597,80)
c) (=) Superávit Orçamentário apurado em 31/12/16	R\$ 2.471.920,25

Resultado Orçamentário 2015

a) Receita Orçamentária Arrecadada até 31/12/15.....	R\$ 32.963.025,97
b) (-) Crédito Empenhado até 31/12/15	R\$ (32.119.365,50)
c) (=) Superávit Orçamentário apurado em 31/12/15	R\$ 843.660,47

[Digite texto]



7. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Resultado Financeiro apurado em 31/12/16 é um **Superávit** no valor de **R\$ 13.619.052,35** (treze milhões, seiscentos e dezenove mil, cinquenta e dois reais e trinta e cinco centavos), apurado no Balanço Patrimonial do mês de dezembro de 2016, conforme demonstramos:

Superávit Financeiro 2016

(+) Ativo Financeiro

a. Caixa e Equivalentes apurado em 31/12/16.....R\$ 18.587.113,53

(-) Passivo Financeiro

b. (-) Passivo Circulante em 31/12/16R\$ (3.252.974,91)

c. (-) Restos a Pagar Não Processados–2015R\$ (41.358,25)

d. (-) Restos a Pagar Não Processados–2016R\$ (1.673.728,02)

(=) Superávit Financeiro em 31/12/16R\$ 13.619.052,35

Superávit Financeiro 2015

(+) Ativo Financeiro

e. Caixa e Equivalentes apurado em 31/12/15..... R\$ 15.322.243,26

(-) Passivo Financeiro

f. (-) Passivo Circulante em 31/12/15R\$ (2.574.268,93)

g. (-) Restos a Pagar Não Processados–2014..... R\$ (814.564,96)

h. (-) Restos a Pagar Não Processados–2015R\$ (1.535.751,25)

(=) Superávit Financeiro em 31/12/15R\$ 10.397.658,12

8. Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, volume V, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, a demonstração do fluxo de caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

[Digite texto]



O Fluxo de Caixa foi elaborado pelo método direto, evidenciando as movimentações ocorridas no caixa e seus equivalentes.

O Fluxo de Caixa das operações compreende os ingressos decorrentes de receita corrente e ingressos extraorçamentários, dos desembolsos da despesa corrente, de Restos a Pagar Não Processados e dos desembolsos extraorçamentários, bem como dos desembolsos da Despesa de Capital.

A demonstração do Fluxo de Caixa de 2016 está assim demonstrada:

Ingressos

Receita Corrente	R\$ 36.566.199,64
Ingressos Extraorçamentários	R\$ 17.966.501,26
Receita de Capital – alienação de bens móveis...	R\$ 1.318,41

Desembolsos

Despesa Corrente	R\$ 31.056.732,45
Desembolsos Extraorçamentários	R\$ 19.587.270,14
Desembolsos Despesas de Capital (investimentos).....	R\$ 625.146,45

Apuração do Fluxo de Caixa no Período R\$ 3.264.870,27

Houve um Resultado do Fluxo de Caixa e Equivalentes no exercício de 2016, no valor de **R\$ 3.264.870,27** (três milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e setenta reais e vinte e sete centavos).

9. Gestão de Risco Financeiro

As operações financeiras do órgão são realizadas por intermédio da área financeira, de acordo com as normas internas do CAU/BR.

As aplicações, os resgates, os pagamentos são de responsabilidade dos ordenadores de despesas. Toda a movimentação financeira é realizada pelo Setor Financeiro após a autorização dos ordenadores de despesas.

[Digite texto]



a) **Risco de Crédito**

O risco de crédito do CAU/BR está associado ao não repasse de 90% de anuidades, conforme Artigos 56 e 57 da Lei nº 12.378/2010, pelos CREAs MG, MT e MA. Em relação às aplicações financeiras, os recursos estão aplicados a curto prazo em títulos do tesouro nacional, garantidos pelo Banco do Brasil S/A.

b) **Risco de mercado**

Para o CAU/BR não existe o risco de mercado, em razão de que as aplicações financeiras são realizadas em rendas fixas, cujas alterações no decorrer do exercício são insignificantes.

c) **Risco de Liquidez**

Não existe risco de liquidez, uma vez que o CAU/BR não assumiu nenhum compromisso financeiro que não possa ser cumprido com os recursos financeiros disponíveis, além do controle de arrecadação e despesa mensalmente.

10. Partes relacionadas

A entidade em 31 de dezembro de 2016 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Brasília-DF, 10 de fevereiro de 2017.

GUILHERME FERNANDES AMARAL

CRC DF nº 024125/O

Contador CAU BR

ATA Contabilidade e Auditoria Ltda

CRC DF nº 485

Assessoria Contábil e Financeira do CAU BR

RENATO DE MELO TEIXEIRA

Gerente de Orçamento e Finanças

HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ

Presidente CAU BR

[Digite texto]